

FERREIRA, Andrey C. Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. v. 1. 432p

Isaac Fernando Ferreira Filho

Mestrando em Antropologia Social

Universidade Federal da Paraíba

O livro resenhado é uma versão revisada e ampliada da tese de doutorado de Andrey Cordeiro Ferreira, defendida em 2007 no Museu Nacional – UFRJ. Trata-se de uma análise das formas de dominação e resistência política entre os indígenas Terena e o Estado brasileiro. O enfoque maior da obra é a descrição e interpretação da mudança social dentro de processos políticos e relações de poder. É feita uma análise histórica – da localidade, dos Terena, dos conflitos e da antropologia brasileira – destes processos e suas continuidades.

A tutela e a resistência, conceitos que dão nome ao livro, representam uma relação de oposição que os Terena buscam, até os dias correntes, superar. A tutela, esforço do Estado brasileiro em proteger os indígenas, qualifica-os como incapazes de se autorrepresentarem. Esta prática é estendida até a emancipação do índio, entendida como sua entrada na civilização. Apesar destes esforços, os Terena, desde a época da colonização, buscaram resistir de diversas formas, variando no decorrer do curso da história, sendo produto e produzindo diferentes contextos em suas relações interétnicas.

O livro é iniciado com um prefácio de João Pacheco de Oliveira, orientador da tese, acompanhado de sete capítulos. Logo no início o leitor é informado sobre as contribuições desta etnografia para a antropologia brasileira, visto que os Terena foram estudados por importantes antropólogos.

No primeiro capítulo o autor elabora uma discussão crítica em torno do fazer antropológico, propondo uma ruptura teórica através da descolonização da disciplina. A questão do colonialismo é evidenciada em torno da sua estrutura de poder e na relação entre dominadores (europeus) e dominados (não europeus). Ainda no bojo das relações de dominação, busca-se conceituar o que seria resistência, indo além das revoluções e insurreições de largas escalas. O autor chega à conclusão de que há uma tríade “dominação-resistência-colaboração” em que a variável “colaboração” é relacionada ao dinamismo tanto das convergências entre objetivos, quanto da evasão de confrontos entre dominados e dominantes.

Cordeiro Ferreira propõe um interessante debate em torno da categoria “ordem” dentro da antropologia e da sociologia. O autor nos aponta uma confluência entre uma teleologia da evolução e uma teleologia da ordem, sendo evolução e ordem as principais formas de codificação da mudança social. A ordem seria um fim a ser alcançado pelas sociedades superiores e estas seriam marcadas por uma ordem estática, dentro dos moldes do positivismo, em que não há conflitos. Busca-se também uma formulação crítica do conceito de sociedade, como também de cultura, elucidando que não há uma base neutra na explicação da sociedade.

Uma grande surpresa no livro é o uso do pensamento do teórico político russo Mikhail Bakunin em oposição à ideia de ordem na sociedade. A necessidade de um Estado, baseada na teoria contratualista, é pensada como uma atualização da teoria do direito divino. Essa necessidade estaria apoiada nas ideias do pecado original e do estado de natureza humana. Retomando a questão da ordem, ainda com Bakunin, o autor apresenta uma visão de sociedade sem ruptura com a natureza e que, ao contrário do pensamento evolucionista, é caótica e regida pela luta e guerra pela sobrevivência.

No segundo capítulo é feita uma análise da formação do indigenismo no Brasil e dos desdobramentos das diversas relações (políticas, sociais, econômicas e religiosas) dos Terena. É realçado o estudo político de Swartz, levando em consideração três pontos: organização interna do grupo, organização do campo, e as relações entre campo e arena. Um pensamento chave é a construção dos processos de territorialização que são dirigidos tanto pelo Estado quanto pelos indígenas.

Esses processos e seus conflitos foram engendrados pelo regime tutelar, que teve como base uma “culpabilidade branca” perante os indígenas, pensando-os como sujeitos vitimizados e incapazes. Era preciso colocá-los na civilização e para isso foi criado, pelos militares, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O autor atenta que a construção simbólica do índio era operada através de pares de oposição “adulto/criança”, “civilizado/primitivo” e “capaz/incapaz”, o que reforçava a necessidade de proteção/tutela.

Ainda no segundo capítulo são trazidos mais elementos históricos que nos ajudam a pensar como é dada a resistência dos Terena perante as novas configurações sociais surgidas. Um evento importante é o Estatuto do Índio que, apesar de manter muitas concepções da base do SPI, trouxe mudanças importantes para a tutela. É destacada a abertura para cogestão com os brancos, ampliando diversas possibilidades de protagonismo e, posteriormente, o surgimento de um indigenismo não oficial, possibilitando novas alianças.

O capítulo três é dedicado à construção histórica do Mato Grosso do Sul e dos indígenas. Os Terena são originários dos Guaná que habitavam a região do Chaco Paraguai (região do Pantanal) composto por diversas sociedades indígenas. Os Guaná possuíam uma relação de conflito com os Guaicuru, de quem eram cativos. Na história, os Guaicuru foram importantes, inclusive mantendo um tratado de paz formal com Portugal. Com estes dados, é feita uma narrativa de alianças entre os povos Guaná e Guaicuru com os colonizadores espanhóis e portugueses. Após a Guerra do Paraguai houve, no Mato Grosso do Sul, uma abertura econômica com uma burguesia nascente formada principalmente por militares. Através da tutela, guiada por um gênio militar, os Terena

foram formados com um ideal de uma nacionalização romantizada como os primeiros habitantes do Brasil.

O quarto capítulo é composto por diversos dados etnográficos apresentando a estrutura da sociedade Terena. Cordeiro Ferreira inicia o capítulo trazendo um duplo posicionamento entre a antropologia cultural, com os autores Altfelder e Oberg e uma antropologia mais social, com Cardoso de Oliveira. A diferença de posicionamento entre as duas seria uma maior abordagem da cultura tradicional, na primeira, e, na segunda, mais focalizada nas relações da sociedade indígena com a sociedade nacional.

A conceituação de cultura defendida pelo autor é a desenvolvida por Barth, que coloca a tradição cultural operada através dos processos e mediadas por ações. Ao narrar a estrutura e o funcionamento da sociedade Terena, Cordeiro Ferreira traça um quadro morfológico situando as relações de interdependência dos indígenas com outros grupos e instituições sociais, como a FUNAI. Os Terena são pensados como camponeses e a reserva indígena como também uma reserva de mão de obra, principalmente para a indústria açucareira.

São destacados dois termos importantes que dão nome ao capítulo: **Ipuxóvoku** (comunidade), com o qual podemos entender sobre os espaços dos grupos domésticos, espaços institucionais (estatais e religiosos) e demais espaços comunitários; e **Mohikéna** (brincadeira), que está presente em diversas manifestações, como rituais mágico-religiosos, danças e festas. É feita também uma análise das festas de santo, que funcionam como manutenção da tradição e dos costumes dos Terena, principalmente na tradição do xamanismo. O autor coloca o xamanismo como uma tradição que coexiste junto com o cristianismo. Desta coexistência surgem o xamanismo católico e protestantismo indígena.

No capítulo cinco é apresentada a organização política dos Terena. Os “dramas de cisão” levaram à formação de múltiplas aldeias, expressando uma tendência de descentralização e segmentação política. Os Terena herdaram suas formas de organização, moldadas historicamente, dos Guaná e dos Guaicuru. As lutas pelo poder se concentram em torno do cargo de cacique, onde estão imbricadas alianças políticas com partidos e instituições, gerando um processo de oposições. Os critérios da escolha da liderança mudaram de acordo com a história, passando de uma transmissão hereditária de chefia, de indicações unilaterais (via SPI), de indicações bilaterais (SPI mais conselho tribal), terminando em eleições diretas.

O sexto capítulo traz dados acerca da formação das associações indígenas e dos desdobramentos ocorridos com suas atuações e alianças com atores político-partidários externos à aldeia. Como cogestão, é descrita a experiência da escola indígena, analisada como um projeto político de ocupação dos espaços. A educação é vista como instrumento político potencializador na busca de uma melhor posição de poder na sociedade brasileira. As escolas, assim como os postos da FUNAI, são alvo de disputa entre as diversas facções indígenas. Estes espaços, igualmente com a busca de uma maior autonomia perante um cacique-geral, são articulações importantes na cogestão dos Terena.

No último capítulo, o autor traça importantes paradoxos sobre a tutela e a resistência. A formação histórica é atualizada para um presente em que temos a economia capitalista. Há um retorno à introdução e às suas hipóteses em torno das mudanças sociais

250 | Resenha: Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro

inscritas na história a respeito de um balanceamento entre as forças dos indígenas e do Estado. O regime tutelar é considerado como uma etapa histórica da acumulação primitiva colonial, um modelo de superexploração imperialista. O capítulo é concluído afirmando que há um paradoxo localizado nas formas cotidianas de resistência, que geram uma espécie de retroalimentação junto à cogestão, que por sua vez leva a uma resistência aberta.

Concluimos que o livro resenhado faz um convite à reflexão em torno da tutela indígena e seus estigmas, presentes até hoje principalmente através da exotização e de uma visão romantizada. Destacamos também o uso de uma teoria anarquista contribuindo no debate de conceitos bastante conhecidos pela antropologia. Por fim, a obra colabora com uma importante discussão sobre a etnografia nacional e seus instrumentos metodológicos.

Recebido em 11 maio 2017.

Aceito em 23 jul. 2017.